

«Programa para uma nova economia política»

APRESENTAÇÃO

A publicação em Portugal do mais recente livro do economista brasileiro Celso Furtado¹ constitui um acontecimento que merece amplamente ser referido. Com efeito, o volume compõe-se de vários ensaios, dos quais o primeiro — que é também o principal — se apresenta «sob a forma de *prefácio* e *índice* de um livro que não existe»; de um livro que, a existir, representaria uma tentativa para superar «a situação actual de carência de uma teoria geral das formações sociais que sirva de ponto de partida para o estudo dos problemas particulares que preocupam os economistas». Por outras palavras, esse ensaio é em si mesmo o esboço de uma «nova economia política», orientado para romper as limitações e inadequações da economia política académica.

Mas porquê uma nova economia política? Para a justificar como necessária, Furtado parte da sua própria e já longa experiência de economista. «Um quarto de século tacteando os labirintos das teorias económicas», escreve, «e esforçando-me para descobrir relações entre os ensinamentos que daí se derivam e os problemas práticos da nossa época, convenceu-me sobejamente da insuficiência do quadro conceptual com que trabalhamos nessa ciência. Um prolongado esforço para compreender os processos históricos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, apoiado nos instrumentos de análise económica, levou-me à convicção de que a elaboração de uma 'dinâmica económica' que seja algo mais do que uma série de exercícios engenhosos para distração de professores universitários é objectivo inalcançável dentro do quadro de referência em que trabalhamos». E acrescenta: «A análise económica corrente, fundada numa concepção funcionalista dos pro-

¹ Celso Furtado, *Prefácio a Nova Economia Política*, Lisboa, Dinalivro, s. d. (1977).

cessos sociais, é reconhecidamente insuficiente para captar aspectos fundamentais dos sistemas económicos contemporâneos».

Noutro passo, Celso Furtado esclarece que o de que, a seu ver, se trata é de «sair em busca de uma teoria social global, na qual entronquem a teoria da reprodução da população, a teoria das decisões intertemporais (acumulação), a teoria da estratificação social e a teoria do poder». De facto, «a matéria de estudo (da economia) é certa classe de problemas sociais. Ocorre que, se esses problemas são de «curto prazo», a sua abordagem pode apoiar-se em um conhecimento superficial do comportamento global da sociedade. Desta forma, existe um campo de teorização para o economista (a estática económica) que prescindir da existência de uma teoria social global». Pelo contrário, «o avanço na direcção de uma *dinâmica económica passa por uma compreensão dos processos sociais globais, ou seja, pela construção de um quadro teórico que permita abordar o estudo do conjunto dos processos sociais*».

É, pois, desse «quadro teórico que permita abordar o estudo do conjunto dos processos sociais» que o referido ensaio de Furtado se ocupa. Das duas partes que o compõem — um *prefácio* e um *índice* da nova economia política proposta pelo autor —, só é possível transcrever aqui a segunda. Fazemo-lo com o propósito, que é o do próprio Celso Furtado, de «estimular o debate e confrontar opiniões». E também com o intuito de chamar a atenção para a importância do livro donde extraímos o texto que se segue.

[A. S. N.]

1. FORMAÇÕES SOCIAIS E ESTRUTURAS DE PODER

Formas históricas do processo de socialização do homem. Os grupos sociais.

A organização social e as normas disciplinadoras do comportamento individual. Os objectivos sociais. As formas de integração social. Interiorização pelo indivíduo dos objectivos sociais.

Formas de organização social orientadas para o aumento da eficiência do trabalho individual. A produção dos meios de subsistência como actividade colectiva. A divisão social do trabalho e a emergência de um horizonte de opções sociais. O desenvolvimento da cultura, soma das formas de comportamento transmitidas pelo processo de socialização do indivíduo. O consumo como acto colectivo e como acto individual. A propriedade privada individual.

Diferenciação de actividades sociais. Assimetria das relações dos membros da comunidade com os indivíduos que exercem o *poder* e/ou manipulam o *sobrenatural*. Criação do excedente social. Emergência e institucionalização das desigualdades no acesso ao produto do trabalho social. Reprodução do sistema de dominação social. Codificação e sacralização das normas reguladoras do comportamento individual. As formas básicas de apropriação do excedente: a autoridade e a mercantil.

As formações sociais como formas históricas de organização social. Grupos informais e formais. Separação entre funções de decisão-controlo e de execução. As estruturas hierárquicas. O uso

da violência como forma de integração social. A experiência militar e sua significação na evolução dos sistemas de dominação social.

Estabilidade e legitimação dos sistemas de dominação social. Base patrimonial e hereditária do poder. As ideologias como factor de integração social e legitimação do poder.

A ascensão política da burguesia mercantil europeia. O controlo das actividades produtivas pelo capital mercantil. Preeminência da apropriação mercantil do excedente.

O modo capitalista de produção como generalização da apropriação mercantil do excedente às actividades produtivas. Consequência de sua penetração na agricultura: instabilidade de emprego, expulsão de populações do campo, barateamento da mão-de-obra. Penetração nas actividades manufactureiras e abertura de um novo horizonte de possibilidades à acumulação.

Evolução dos sistemas de denominação social na fase de aceleração da acumulação. Importância crescente do controlo da informação e da criatividade. A *inteligência*, vector da ideologia dominante e desestabilizador social. Os avanços na burocratização e seus efeitos secundários.

2. AS ACTIVIDADES SOCIAIS E O PRODUTO SOCIAL

As actividades sociais como expressão da diferenciação de funções dos membros de uma sociedade. As decisões dos agentes individuais concebidas no seu contexto social. A separação entre meios e fins numa sociedade individualista-competitiva. A *racionalidade* económica. A *microeconomia* como construção ideológica da cultura burguesa na fase predominante individualista.

Tipologia das actividades sociais:

a) Actividades produtivas dos indivíduos destinadas a satisfazer directamente suas necessidades próprias e de seus dependentes;

b) Actividades produtivas dos indivíduos isolados ou em grupos destinados ao intercâmbio;

c) Actividades ligadas ao processo de socialização;

d) Actividades ideológicas ligadas ao processo de integração social;

e) Actividades ligadas aos processos de controlo e repressão social.

Identificação das necessidades básicas dos membros de uma sociedade. Os condicionantes fisiológicos. Necessidades de alimentação, vestimenta e habitação. A actividade cultural como participação activa.

As necessidades derivadas do horizonte de expectativas do indivíduo, decorrência de sua inserção numa estrutura social dada. A influência das desigualdades dos níveis de consumo na criação de novas necessidades.

O processo de criação de novas necessidades numa sociedade desigualitária em expansão. O papel da *moda* e da obsolescência dos produtos de consumo. A vida cultural como forma passiva de consumo. A criação *artística* para o consumo.

A difusão social de novas necessidades como vector da ideologia da classe dominante.

A tipologia das actividades sociais visa a abranger o conjunto dos membros da sociedade. Com efeito, a *produção económica* não pode ser entendida se a considerarmos isoladamente do *sistema de valores* que está na base da integração social e permite que o sistema de poder alcance a eficácia necessária para se manter. A actividade realizada no quadro familiar deve ser considerada tanto quanto ela se liga directamente à produção-agricultura de subsistência, artesanato de auto-consumo, como quando ela se integra no processo de socialização, treinamento profissional, etc. A população *subempregada*, ou reconhecida como desempregada, não deve ser considerada apenas como um custo social, porquanto ela desempenha um papel na mobilidade da mão-de-obra e na definição do custo de reprodução da população, portanto na determinação da dimensão relativa do excedente.

O produto social: entidade que não pode ser definida independentemente da estrutura social, portanto do custo de reprodução da população, da aplicação do excedente, do sistema de preços que os reflecte.

Actividades sociais incluídas e não incluídas no produto social. Dificuldades que se apresentam à meditação de certas dessas actividades. As actividades que dão lugar à criação de um fluxo monetário. (Na prática dos países de economia capitalista adopta-se o critério de incluir no produto, demais das actividades que dão origem a pagamentos em moeda, aquelas às quais se pode imputar por analogia um valor monetário, como a produção agrícola para autoconsumo. Esquemas alternativos: inclusão do trabalho realizado no quadro familiar pelas mulheres, exclusão dos gastos no sistema de repressão social, etc. A medição do produto social funda-se no custo de reprodução da população e em decisões arbitrárias, que reflectem o sistema de valores dos grupos que se apropriam do excedente.)

O custo de reprodução da população. O excedente social como expressão última das desigualdades nos padrões de consumo de uma formação social.

A estimativa do nível de vida básico da população. O salário básico individual e seu complemento colectivo.

A apropriação do excedente como expressão do sistema de dominação social. A estratificação social. Principais instrumentos económicos do sistema de dominação social: orientação da inovação técnica, controlo da criação de emprego, manipulação do nível geral de preços.

3. O SISTEMA DE PRODUÇÃO

A produção como um processo social ligado à reprodução da população e aos objectivos da vida social. Os recursos utilizados e sua dimensão intertemporal. A organização do sistema de produção como reflexo do nível alcançado pela acumulação e da estru-

tura social. Relações entre o sistema de valores dominantes, a composição do produto social, o perfil da acumulação global e o desenvolvimento das forças produtivas.

A estrutura do sistema de produção. A matriz de insumoproduto. A distribuição da força de trabalho. Espessura temporal da acumulação. Coeficientes técnicos e grau de rigidez da estrutura produtiva.

A divisão intertemporal do trabalho e a diferenciação do sistema de produção entre sectores destinados à produção de bens finais de consumo e à produção de bens intermediários. A crescente importância, entre estes últimos, dos equipamentos. Equipamentos destinados a produzir outros equipamentos. A combinação trabalho presente e trabalho passado nas distintas fases do processo produtivo de cada produto. O progresso técnico e o campo de variação dessa combinação. A função de produção como delimitação de um horizonte de possibilidades técnicas ao nível da empresa.

Interdependência das actividades económicas. Economias externas e de aglomeração. A produtividade como fenómeno social relativo ao conjunto do sistema produtivo. Do especulador mercantil ao empresário da produção. O sistema de preços e a eficiência na rentabilidade relativa das empresas. Os investimentos públicos e seus efeitos indirectos na rentabilidade das empresas. A racionalidade do empresário. Seu horizonte de percepção e os custos não assumidos. Seu acesso aos recursos sociais.

A organização social dentro da empresa. Trabalho manual e trabalho especializado. A estrutura de direcção. O controlo financeiro da empresa. Dos grupos informais de trabalhadores à organização sindical. O controlo dos sindicatos pelo Estado.

A organização da produção agrícola. Importância dos factores ecológicos e do regime fundiário. O grau de penetração do modo capitalista de produção e as formas de criação de emprego. A tecnificação da agricultura e sua crescente dependência de insumos industriais. As estruturas agrárias e sua importância na determinação do custo de reprodução da população.

4. REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO E ESTRUTURA SOCIAL

O enquadramento dos trabalhadores manuais no sistema de produção. A escravidão e as diversas formas de servidão. Subemprego e desemprego periódico como factores constringentes. Os obstáculos à mobilidade social vertical.

«Normalização», «racionalização», «organização científica do trabalho» como método de disciplina social. As técnicas de remuneração e de incitação.

A significação da luta de classes nas formações sociais em que predomina o modo capitalista de produção. Seus efeitos na intensidade da acumulação e na orientação do progresso técnico. O poder sindical e a incompressibilidade dos salários nominais. Nível de emprego, inflação e salários reais.

A luta de classes no plano ideológico. O trabalho não pago das mulheres. Carácter conservador da família em condições de insta-

bilidade de emprego. Controlo da informação, manipulação da opinião pública.

A participação dos trabalhadores manuais no produto social. A distribuição da renda e suas relações com a estrutura patrimonial.

Relação entre o salário básico e a produtividade social e sua significação para a competitividade internacional das empresas.

O consumo colectivo e sua significação na redução das desigualdades dos padrões de consumo.

5. A APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE

A matriz institucional do sistema de dominação social. O regime de propriedade em geral. O sistema fundiário. O direito sucessório. A propriedade imobiliária. Sistema de patentes. Propriedade intelectual.

O controlo do sistema de decisões. Definição e interpretação dos «interesses colectivos». Os objectivos sociais: prioridades nos investimentos, orientação da educação, condicionamento da criatividade, arbitragem da inovação na *moda* e no valor comercial dos frutos da criação artística. Papel da propaganda e do controlo da informação.

O sistema de preços na apropriação do excedente. As formas de mercado. Concorrência de preços, mediante inovação de produtos. Discriminação de preços e renda do produtor. Empresas dependentes e empresas líderes. A administração dos preços no quadro dos oligopólios.

O poder burocrático na apropriação do excedente. O aumento relativo das burocracias públicas e privadas como decorrência da crescente complexidade da organização social.

As profissões liberais e os remanescentes do poder corporativo. O controlo do acesso a essas profissões. Relações pessoais, cooptação, estratificação.

A transformação de excedente em capital. As distintas formas de capital financeiro. Os mercados de títulos. A concentração do capital financeiro.

Os intermediários financeiros e a criação de liquidez. Os bancos como centros privilegiados na estrutura do poder económico. A tutela do capital financeiro sobre as empresas.

Repartição do excedente entre consumo corrente, acumulação improdutiva e acumulação reprodutiva. Seus reflexos na estrutura social, na intensidade da acumulação e na orientação do progresso técnico assimilado.

6. ACUMULAÇÃO E INOVAÇÃO

Modo de produção capitalista e aceleração da acumulação.

A acumulação pública directamente ligada à reprodução da estrutura social: investimentos no processo de socialização, de repressão, de legitimação do poder.

A acumulação privada ligada à reprodução social: investimentos em habitações, gastos em bens duráveis e na formação profissional.

A acumulação nas actividades produtivas (adicional à simples reposição da acumulação já existente) como resultado de decisões intertemporais na utilização do excedente. Alongamento dos processos produtivos, verticalização na divisão do trabalho (aumento da composição orgânica do capital, elevação do coeficiente de capital) e os avanços na produtividade social decorrentes de inovações nas técnicas de produção, economias de escala, economia de complementaridade, etc.

A inovação ao nível dos produtos finais e a acumulação. A acumulação-difusão de produtos já conhecidos e acumulação-introdução-de-novos-produtos. Relações entre a intensidade e o perfil da acumulação e a reprodução da formação socioeconómica.

7. RELAÇÕES EXTERIORES

A aceleração da acumulação e a formação do sistema de divisão internacional do trabalho.

As «vantagens comparativas» e a formação das economias periféricas. A difusão irregular do modo capitalista de produção e a expansão do intercâmbio internacional com base na captação autoritária do excedente nos países periféricos. As consequentes disparidades no processo de acumulação e a dependência.

A difusão cultural e a introdução de novos padrões de consumo. A emergência de novos grupos dominantes com acesso ao excedente criado no quadro do intercâmbio externo. Condições históricas que permitiram à burguesia local, em certos países, liberar-se da dominação externa. As disparidades internacionais nos níveis de acumulação no sistema produtivo e sua irreversibilidade.

Captação internacional do excedente. Os preços internacionais. Os mercados de câmbio e os fluxos financeiros internacionais como instrumentos de pressão na captação do excedente.

Integração de actividades produtivas e de comercialização em espaços multinacionais e a emergência de economia transnacional. Crescimento relativo dos excedentes nos distintos países. O controlo da técnica e da informação como principais instrumentos de captação do excedente internacional.

A criação de liquidez internacional. A grande empresa transnacional e suas relações com os estados nacionais. O mercado financeiro internacional.

8. O ESTADO E A COORDENAÇÃO DAS ACTIVIDADES SOCIECONÓMICAS

A concentração no Estado das diversas formas autoritárias de captação de excedente. A importância crescente do sistema impositivo.

Complexidade das actividades do Estado. Coacção e controlo social. Modificação e codificação de normas disciplinadoras do comportamento social dos indivíduos.

O crescente papel do Estado no processo de socialização dos indivíduos, mediante o controlo das instituições de ensino e dos meios de comunicação audiovisual.

A participação do Estado no processo de acumulação, tanto destinada a reproduzir a estrutura social como a aumentar a produtividade.

A especificidade do Estado nas chamadas economias de mercado, ou seja, aquelas em que o excedente é principalmente apropriado mediante o intercâmbio. O controlo da criação de liquidez, dos fluxos financeiros e das relações com o exterior. O controlo do nível da demanda efectiva e a regulação da criação de emprego. A coordenação das decisões de investimento a longo prazo visando a aumentar a produtividade social e a reduzir a instabilidade.

O Estado nas economias centralmente planificadas. Predominância da forma autoritária de apropriação do excedente. Ordenação em um «plano» dos objectivos sociais. A importância das formas burocráticas de poder.

9. O AVANÇO DA ACUMULAÇÃO E AS TENSÕES NA FRONTEIRA ECOLÓGICA

O aumento da eficiência como contrapartida de um maior consumo de energia.

A irreversibilidade da degradação da energia. Criação de entropia e desorganização dos ecossistemas.

A aceleração da acumulação em condições de apropriação privada dos recursos naturais. Socialização dos danos causados no plano ecológico. Comprometimento das opções futuras.

Recursos renováveis e não renováveis. A óptica dos interesses privados e a aceleração do uso dos recursos não renováveis. O efeito dessa óptica sobre a orientação do progresso técnico.

O custo ecológico da reprodução de certas estruturas sociais. Destruição dos solos aráveis e o latifundismo-minifundismo. As explorações mineiras predatórias no quadro do sistema de divisão internacional do trabalho.

A urbanização como um complexo de formas de acumulação produtivas e improdutivas. Consequências no plano ecológico.

10. TIPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NO MUNDO ACTUAL

O desenvolvimento concebido como processo de diferenciação de um sistema produtivo que se traduz em aumento da produtividade social. Essa diferenciação resulta do aprofundamento da divisão social do trabalho. Na sua dupla dimensão — diferenciação de tarefas e intertemporalidade — a divisão do trabalho é o vector do progresso técnico. Todo o desenvolvimento possui um conteúdo, uma dimensão substantiva, instilados pelos objectivos da vida social, vale dizer, pelos grupos sociais que se apropriam do excedente e exercem as opções implícitas na utilização deste. Portanto, não cabe falar de desenvolvimento sem referência a certo tipo de formação socioeconómica.

A eclosão do modo capitalista de produção, a aceleração da acumulação, a formação do sistema de divisão internacional do trabalho e o amplo processo de difusão cultural que este provocou

se traduziram em grandes disparidades geográficas na intensidade e na orientação da acumulação. Em consequência, surgiram duas formações socioeconómicas capitalistas típicas: as economias subdesenvolvidas, dependentes ou periféricas, e as economias desenvolvidas, dominantes ou centrais.

Nos países em que houve atraso no processo de acumulação, a *modernização* e a aculturação carregadas pela dependência externa engendraram crescentes desigualdades sociais e aumentaram os custos do controlo social. Essa situação de fundo, ocasionalmente coadjuvada pela interveniência de factores políticos externos, levou a rupturas nos sistemas de poder e à ascensão de grupos portadores de um projecto de reconstrução social, acarretando modificações profundas no processo de apropriação do excedente. Contudo, a evolução subsequente conduziu a crescente divergência na forma de estruturação do poder e de disciplina social, o que não seria sem consequências para a orientação da acumulação. Em um extremo temos formações sociais em que o sistema da empresa hierarquizada foi conservado e noutra formações sociais em que a disciplina no trabalho se apoia de preferência na interiorização pelo indivíduo dos objectivos sociais. Em síntese, podemos identificar no mundo actual dois tipos de formação socioeconómica criados pelo capitalismo na fase de aceleração da acumulação e dois tipos de formação socioeconómica resultantes de revoluções sociais, ocorridas em áreas caracterizadas pelo atraso no processo de acumulação e inspiradas nas ideologias igualitárias surgidas nas lutas de classes dos países mais avançados no processo de acumulação. A cada uma dessas quatro formações socioeconómicas correspondem tipos diversos de desenvolvimento. Um modelo teórico que pretenda reduzi-los a denominadores comuns não poderá ir muito além da descrição dos aspectos técnicos das actividades económicas.